

Jornada Participativa do SUS

Participative Journey of the Unified Health System (SUS)

Homero Nepomuceno Duarte^I, Cristina M. Athayde^{II}, José C. Ferreira^{III}, Karina A. Viana^{IV},
Lucio E. Pereira^V, Shirlei Ap. de Sena^{VI}, Silvana Silva^{VII}

Resumo

A Jornada Participativa do SUS de Santo André é um projeto intersectorial, criado em 2015, que reuniu diversas iniciativas para aprimorar o planejamento e desempenho das eleições dos 56 Conselhos Locais de Saúde (CLS). Esse projeto realizou uma avaliação minuciosa das eleições de 2013, identificando as dificuldades e falhas do seu percurso. Esse processo de análise envolveu uma avaliação da conjuntura política do país, que tem gerado um progressivo desinteresse e descrédito da população nas instituições e nos partidos políticos, o que contribuiu para o esvaziamento dos Conselhos Locais. A Gestão Participativa em Santo André é um método de governo que requer constante avaliação e ousadia para escutar e dialogar com os diversos setores no acompanhamento e transparência da gestão. O governo municipal de Santo André apoia o processo de Controle Social como eixo estruturante da gestão e, nesse contexto, os Conselhos Locais são considerados uma das principais organizações em defesa do SUS na cidade.

Palavras-chave: Eleição conselhos locais de saúde; Participação popular; Gestão participativa.

Abstract

The Participative Journey of the Brazilian Unified Health System (SUS) of Santo André municipality is an intersectional project created in 2015 that brought together many initiatives to improve the planning and performance of the 56 Local Health Councils (CLS) elections. This project conducted a minutely evaluation of the 2013 elections, identifying the difficulties and failures of the process. This review process involved an assessment of the political situation of the country, which has generated a progressive disinterest and distrust of the population in institutions and political parties, which contributed to the emptying of the Local councils. The Participative Management process of Santo André is a method of government that requires constant evaluation and daring to listen and to dialogue with the various sectors in the monitoring and management transparency process of planning. The municipal government of Santo André supports social control as a main conductive axis of management, and in this context, the Local Councils are considered one of the leading organizations in defense of the Unified Health System in the city.

Keywords: Local health councils elections; Popular participation; Participative management.

^I Homero Nepomuceno Duarte (hnduarte@santoandre.sp.gov.br) é Médico, Secretário Municipal de Saúde de Santo André.

^{II} Cristina M. Athayde (crisathayde@yahoo.com.br) é Assistente Social, formada pela PUC-SP com especialização em Saúde do Trabalhador pela FUABC e Gestão Ambiental, Educação e Sociedade pela UNESP - Rio Claro, atualmente é Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde de Santo André e Coordenadora do Núcleo de Participação Popular da Secretaria da Saúde.

^{III} José C. Ferreira (efranelas@gmail.com) é formado em História, Oficial Administrativo do Núcleo de Participação Popular da Secretaria de Saúde de Santo André.

^{IV} Karina A. Viana (karinaanselmo@hotmail.com.br) é graduanda em Ciências Contábeis e Atuariais, Oficial Administrativo do Núcleo de Participação Popular.

^V Lucio E. Pereira (lucioeliaspereira@gmail.com) é Assistente de Apoio a Gestão, Técnico administrativo do Núcleo Participação Popular da Secretaria de Saúde de Santo André.

^{VI} Shirlei Ap. de Sena (shirleisena81@gmail.com) é formada em Recursos Humanos, Auxiliar de Escritório do Núcleo de Participação Popular da Secretaria de Saúde de Santo André.

^{VII} Silvana Silva (silvanaapsilva@yahoo.com.br) é formada em Gestão Pública, Assistente Administrativo do Núcleo de Participação Popular da Secretaria de Saúde.



Introdução

A Cidade de Santo André está localizada na região metropolitana do estado de São Paulo, com uma população estimada para 2015² de 710.210 habitantes.

A institucionalização do Conselho Municipal de Saúde (CMS) com poder deliberativo e a implementação dos Conselhos Locais de Saúde (CLS) ocorreu em 1992.

Todavia, em 1993, por ato administrativo do Prefeito, o CMS perdeu seu poder deliberativo, prerrogativa recuperada em 1997, após intensa luta dos Movimentos de Saúde do Município.

O ano de 2015 foi marcante para a participação popular do SUS na cidade. Após 23 anos da primeira lei do Controle Social da Saúde, o Conselho Municipal aprovou a adequação de uma nova legislação, nº 9698/2015, que ampliou a participação dos representantes dos Conselhos Locais de Saúde na composição da conferência municipal e do Conselho Municipal de Saúde. Pela primeira vez a presidência e a mesa diretora do

CMS foram eleitas entre seus pares, assim como a coordenação dos Conselhos Locais de Saúde.

A cidade conta hoje com 56 CLS atuando em 100% das Unidades de Saúde – considerados ferramenta fundamental de participação popular e controle social no âmbito do território e gestão do SUS.

O Núcleo de Participação Popular da Secretaria de Saúde, a partir da avaliação da eleição dos CLS ocorrida em 2013, identificou várias dificuldades e falhas na organização do processo eleitoral, que subsidiou a elaboração de um planejamento com o objetivo de qualificar e tornar o processo mais participativo.

Um quesito observado na organização da eleição em 2013 foi a elaboração e execução do projeto de forma isolada pelo Núcleo de Participação Popular, desconectado do conjunto da Secretaria de Saúde, e demais atores sociais e Secretarias Municipais.

Outra questão analisada foi a precária mobilização e divulgação do processo da eleição para a população, sem suporte pedagógico, tendo sido

estabelecido um único dia e horário de reuniões de mobilização em todas as Unidades, impossibilitando a participação da equipe de gestão da Secretaria de Saúde, considerada fundamental para o êxito da ação.

Outra preocupação da equipe foi em relação à conjuntura política do país, o progressivo desinteresse e descrédito da população nas instituições, partidos políticos e governos.

Diante do exposto, a Secretaria de Saúde decidiu inovar criando a **Jornada Participativa do SUS**.

Objetivo

Na perspectiva de aprimorar o processo da participação da comunidade, foram definidos os seguintes objetivos:

- tornar o processo eleitoral uma ação de Estado, integrando diversas secretarias da municipalidade e atores sociais não governamentais;
- ampliar o número de candidatos e da participação da comunidade no pleito;
- eleger maior número de candidatos comprometidos com o SUS;
- obter uma renovação de no mínimo 30% de representantes, conforme Resolução 453 – CNS¹;
- eleger delegados para Etapa Municipal da XV Conferência Nacional com participação efetiva dos Conselheiros Locais de Saúde;
- ampliar o empoderamento dos CLS, a partir do desenvolvimento do plano de trabalho de educação permanente para o controle social nos territórios.

Metodologia

A proposta da Jornada Participativa do SUS foi apresentada à Secretaria de Governo que incorporou a proposta e articulou a inclusão de outras Secretarias no planejamento e execução do projeto.

Foram estabelecidas como diretrizes: a elaboração de material didático atrativo e identificado com a população (gibi), a descentralização das reuniões das unidades de saúde; a produção de uma agenda de encontros com a população por unidade, priorizando os recursos da comunidade e envolvendo os diversos atores sociais do seu entorno.

A Secretaria de Educação, os Agentes de Ouvidoria Itinerante do SUS e a Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo contribuíram com a mobilização das lideranças dos bairros e articulação de espaços para reunião.

Com intuito de aprimorar e impulsionar os trabalhos, foram realizadas pela Escola da Saúde Eduardo Nakamura encontros de formação com diversos atores e gestores locais.

Produto

Para dar subsídio às reuniões, foi utilizada uma revista-gibi intitulada: **Eleições dos Conselhos de Saúde. Saiba... Por quê? Para Quê?**³ A revista foca questões cotidianas das unidades de saúde e busca esclarecer a população sobre o papel do Conselho Local e a importância do cidadão nas políticas públicas de saúde.



Revista Gibi – Material de mobilização.

O lançamento da revista contou com a presença majoritária de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e conselheiros locais. No encontro foi apresentado um filme do gibi para instrumentalizar o público no processo de mobilização das eleições.

O Conselho Municipal de Saúde, que trimestralmente edita o jornal “A Voz do Conselho de Saúde”, produziu uma edição especial, divulgando o processo da eleição.

BOLETIM INFORMATIVO- EDIÇÃO 01-MAI/2015



O seu informativo sobre o Conselho Municipal de Saúde de Santo André Maio/2015 (ano 2—nº 4)

ELEIÇÕES NAS UNIDADES DE SAÚDE

BOAS NOTÍCIAS PARA SANTO ANDRÉ

Estamos vivendo um momento de afirmação do controle social como instrumento de políticas públicas em Santo André.

A área da saúde, por exemplo, vive a expectativa das eleições para os Conselhos Diretores das Unidades, que será em **11 de junho**. Os CDU, como são mais conhecidos, têm representação paritária, ou seja, metade é composta por usuários do sistema e a outra metade por trabalhadores e gestores da unidade. Nas reuniões dos conselhos são discutidos problemas e possíveis soluções para a rotina destes equipamentos de saúde. Com o reforço de que 2015 tam-

bém será de eleições para o Conselho Municipal de Saúde, além das Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Saúde (e suas respectivas pré-Conferências),

teremos muitos avanços na saúde pública. Em tudo isso fica evidente a importância da participação popular como motor do controle social.

Convite para as inscrições

MOBILIZAÇÃO POR TODA CIDADE

Um dos aspectos a ser ressaltado nessas eleições para os conselhos das unidades de saúde é a grande mobilização que foi realizada antes do processo de inscrição e eleição, sensibilizando a população a participar da gestão do SUS. Para motivar a população e os trabalhadores da saúde sobre a importância do pleito, foram convidados agentes comunitários de saúde, gestores, agentes de ouvidoria do SUS, agentes do Orça-



Divulgação da cartilha de mobilização

mento Participativo, agentes de Vigilância à Saúde, líderes comunitários e religiosos, conselheiros e colaboradores de diversos equipamentos da Saúde. Para facilitar a abordagem dos usuários (as) do

Boletim Informativo do Conselho Municipal de Saúde de Santo André.

Foram realizadas 108 reuniões de mobilização com a participação aproximada de 800 pessoas, em diversos pontos da cidade, tais como, unidades de saúde, igrejas, escolas, sociedade de amigos de bairro, ONGs e sindicatos.

A ação tinha como meta alcançar o número mínimo de seis candidatos usuários por unidade, meta atingida em 82% das unidades, sendo que em sete delas candidataram-se de quatro a cinco munícipes. Foram formalizadas 278 candidaturas de usuários e votaram no pleito cerca de 6 mil eleitores, que elegeram 220 conselheiros, com renovação expressiva de 79% de usuários.



Reunião de mobilização na Paróquia São Jorge – SA

Aprendizado

O trabalho intersetorial foi valorizado e potencializado com a participação do Governo e dos diversos atores sociais que se engajaram no projeto, socializando os desafios com o gestor local da unidade. Em algumas unidades ocorreram dificuldades de mobilização, devido principalmente à falta de compreensão de alguns setores, mas, nas unidades em que os ACS incorporaram a missão, o resultado foi melhor. Um exemplo proposto por esses profissionais foi a incorporação da urna itinerante nos locais de difícil acesso da Vila Ferroviária de Paranapiacaba. Aprendemos que temos que ir onde a população está, enfatizando que o SUS é um espaço democrático e participativo. Mesmo com receio dos questionamentos difusos, foram esclarecidas dúvidas elementares acerca do funcionamento do SUS. As dificuldades

foram consideradas pedagógicas, pois toda mudança apresenta resistência.

Considerações finais

As eleições dos CLS apresentam grande tensionamento, interno e externo ao Governo Municipal, com desdobramentos políticos na gestão do SUS e da cidade.

Apesar da conjuntura política recente, a renovação qualitativa dos conselheiros pode ser relacionada ao planejamento, à metodologia estabelecida e à legitimidade do processo. A descentralização das reuniões e a utilização de material didático ousado proposto pelo Conselho Municipal foram destacadas pelos novos representantes e trabalhadores como instrumentos motivadores da participação.

Considerando que os Conselhos Locais é uma das principais bases de sustentação da gestão participativa do SUS e, para garantir essa

participação popular, independentemente de mudanças, políticas e administrativas, é fundamental ampliar o empoderamento e protagonismo dos conselheiros, a partir do desenvolvimento de um plano de trabalho de Educação Permanente nos territórios.

Dilatar o campo de visão sobre a participação social no SUS em cada espaço da gestão continua sendo um desafio presente. No entanto, entendemos que os desafios são criados para ser superados com inovação.

Referências

1. Conselho Nacional de Saúde: Resolução 453, 10 de maio de 2012, A Organização dos Conselhos de Saúde, inciso V.
2. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [acesso em 15 janeiro de 2016]. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/4BW>.
3. Secretaria Municipal de Saúde. “Eleições dos Conselhos de Saúde. Saiba... Por quê? Para Quê?” (Revista/Gibi distribuída na mobilização da comunidade). Santo André, SP, 2015.